

Modelo de Pedido de Liberdade Provisória

EXCELENTÍSSIMO JUIZ DE DIREITO DA ___ VARA CRIMINAL DA
COMARCA DE BELO HORIZONTE-MG

Processo/inquérito nº: _____

Acusado/indiciado/Flagranteado: _____

Fulano de tal, brasileiro, solteiro, CPF _____, portador da cédula de identidade n.: _____ - SSPMG, residente na rua _____, por seu advogado abaixo assinado, procuração anexa, vem à presença de Vossa Excelência, **requerer** a concessão de **LIBERDADE PROVISÓRIA SEM FIANÇA**, nos termos do **art. 310, III, do Código de Processo Penal** c/c art. 5º, inciso LXVI, da Constituição da República Federativa do Brasil, pelos fatos e

fundamentos que passa a expor:

I. DOS FATOS

(narrar de forma circunstanciada como se deu a prisão em flagrante e as circunstâncias que demonstram a desnecessidade de manutenção da prisão. Lembrar que há crimes que não permitem a liberdade provisória, neles a liberdade deve ser provocada com a argüição da inconstitucionalidade do preceito proibitivo do benefício)

No dia ____, dos correntes mês e ano, por volta das ____ horas, o requerente foi surpreendido e abordado por uma guarnição da PMMG, próximo ao número __ da Rua _____, no Bairro _____, tendo sido autuado em flagrante delito como incurso nas penas do art. 155, caput, do Código Penal e estando encarcerado até o dia de hoje na _____ (mencionar a unidade prisional).

II – FUNDAMENTOS

Apesar de negar peremptoriamente a autoria do delito que lhe é imputado, cediço que tal negativa deverá ser comprovada em outro momento processual, pretende, através do presente pedido, a

concessão da liberdade provisória como contracautela à prisão em flagrante, tendo em vista que não estão presentes os requisitos para prisão preventiva previstos no art. 312, do CPP.

Considerando que ausentes no caso concreto os pressupostos condicionadores de toda medida cautelar: *fumus comissi delicti* e *periculum libertatis* ...e considerando o princípio da presunção da inocência e a excepcionalidade das prisões cautelares.

É que, analisando os documentos que seguem anexos a esta petição , verifica-se com clareza que o Requerente é pessoa primária de bons antecedentes, tem residência fixa nesta cidade e comarca, bem como possui vínculo empregatício e familiar, que permitem a conclusão no sentido de que não há risco para a ordem pública ou inconveniente para a persecução penal com a soltura dele.

Verifica-se, também, que não há sequer a menor intenção de o requerente se furtar à aplicação da lei penal, até porque possui meios de provar sua inocência, comprometendo-se a comparecer a todos os atos da instrução criminal para os quais for previamente intimado.

(mencionar os dispositivos de lei nos quais se enquadra a hipótese de liberdade provisória que se pretende fazer valer e, se necessário,

precedentes jurisprudenciais favoráveis à sua tese)

Conforme narrado acima, aplicam-se ao presente caso os ditames do art. 310, III, do CPP, tendo em vista que não estão presentes os requisitos da prisão preventiva, fazendo jus o requerente à concessão da liberdade provisória sem fiança.

Registre-se que “o princípio constitucional de inocência impede a prisão cautelar quando não se encontrarem presentes os seus requisitos, fundados em fatores concretos” (HC 124123 / TO, SEXTA TURMA, STJ).

III – DOS PEDIDOS

Isso posto, requer a Vossa Excelência, nos termos do art. 310,III do CPP a concessão da liberdade provisória, depois de ouvido o representante do Ministério Público, mediante termo de comparecimento a todos os atos do processo para os quais for intimado.

Requer, outrossim, a expedição do competente alvará de soltura para o cumprimento imediato pela autoridade policial que mantém

sua custódia.

Termos em que,
Pede e espera deferimento.

Local, data.

(assinatura)

NOME DO ADVOGADO

OAB-MG XXXX